

“A liberdade dos naturais desta Província”: aspectos sobre a mobilidade espacial e o trabalho indígena na fronteira platina de princípios do século XIX

“La libertad de los naturales de esta provincia”: aspectos de la movilidad espacial y el trabajo indígena en la frontera platina a principios del siglo XIX

“The freedom of the naturals of this province”: aspects of spatial mobility and indigenous work on the platinum frontier at the beginning of the 19th century

Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo¹

Resumo: Durante os primeiros anos do século XIX, projetos de defesa e expansão de fronteiras foram elaborados por agentes do governo e particulares nos limites entre o vice-reino do Brasil e províncias platinas. Distintas autoridades afiançaram e discordaram de planos nos quais uma das principais questões em jogo era a reorganização política de espaços limítrofes, estreitamente vinculada à necessidade de definir aspectos sobre a liberdade dos guaranis e o destino das suas terras e bens. Em meio aos debates e às práticas de recrutamento figuraram testemunhos sobre a inaptidão de indígenas para o trabalho, mesmo quando a realização de expedições militares dependia dos seus conhecimentos sobre o território e o manejo de rebanhos vacuns e cavалares. A análise das fontes, no entanto, permite dar visibilidade às variadas práticas de sociabilidade vividas por eles em contexto de disputas por recursos humanos e naturais.

Palavras-chave: recrutamento; liberdade; guaranis.

Resumo: Durante los primeros años del siglo XIX, proyectos de defensa y ampliación de fronteras fueron diseñados por agentes del gobierno y particulares en los límites entre el virreinato de Brasil y las provincias del platino. Distintas autoridades aseguraban y por veces discrepaban de planes en los que uno de los principales temas en juego era el reordenamiento político de los espacios limítrofes, estrechamente vinculado a la necesidad de definir aspectos de la libertad de los guaraníes y el destino de sus tierras y bienes. En medio de los debates y las prácticas de reclutamiento, hubo testimonios sobre la incapacidad de los indígenas para trabajar, aún cuando la realización de expediciones militares dependía de su conocimiento del territorio y del manejo de los rebaños de ganado vacuno y equino. El análisis de las fuentes, sin embargo, permite dar visibilidad a las variadas prácticas de sociabilidad vividas por ellas en el contexto de las disputas por los recursos humanos y naturales.

Palabras-chave: reclutamiento; libertad; guaraníes.

Abstract: During the first years of the 19th century, border defense and expansion projects developed by government agents and individuals marked the limits between the vice-kingdom of

1 Doutorado em História Social pela Unicamp. Professora do Curso de História (campus Garanhuns), do Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas (PROCADI), do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS) e do Mestrado Profissional em História (PROFHistória), todos da Universidade de Pernambuco (UPE).
E-mail: karina.melo@ube.br.

Brazil and provincial provinces. Different authorities affirm and disagree on plans that one of the main quests in the game was the political reorganization of bordering spaces, closely linked to the need to define aspects of the freedom of guaranis and the destiny of their lands and bens. In the past few years, debates and recruitment practices included testimonies about the inability of indigenous people to work, even when the conduct of military expeditions depended on two knowledges about the territory and the management of cattle and horse herds. The analysis of the sources, however, allows us to give visibility to the varied practices of sociability experienced by them in the context of disputes over human and natural resources.

Keywords: recruitment; freedom; guaranis.

1 UMA HISTÓRIA INDÍGENA

De acordo com um relatório escrito para o rei da Espanha, em 1804, os indígenas guaranis que habitavam a fronteira platina costumavam contar uma história:

Um bote navegando pelo rio Paraná teve necessidade de tocar em sua margem, toda montanhosa e sumamente povoada de tigres, um deles [um dos índios] salta em terra, e se acha feito presa de uma destas feras, reclama o auxílio de seus companheiros exclamando que o animal **só o tem agarrado de uma perna**, e estes lhe respondem com a impavidez da barbárie por todo socorro: não lhe dê cuidado, que te agarrará melhor.

O que essa história poderia nos contar? Se a tomássemos como uma metáfora histórica, o que a narrativa poderia retratar (SAHLLINS, 2008, p. 127)²? Como ela poderia caracterizar as experiências indígenas e seus modos de agir e pensar sobre acontecimentos que se davam no alvorecer do século XIX numa região da fronteira platina? O principal objetivo ao enunciar estas perguntas é indicar que a história que os indígenas costumavam contar intersectam outras histórias e não devem ser esvaziadas de sentidos. Ao contrário, o cruzamento com outras fontes indica que narrativas como esta atribuída aos indígenas podem estar repletas de significados. Trata-se de uma narrativa que está relacionada ao contexto político da época em que foi escrita, aborda situações que envolvem limites territoriais cujos rios e cursos d'água estabeleceram fronteiras e denotam a existência de situações em que a escolha de estratégias para lidar com elas era extremamente difícil. Por exemplo: enfrentar

2 De acordo com o antropólogo Marshall Sahlins: Qualquer compreensão da história como significado precisa reconhecer o papel distintivo do signo na ação, como oposto à sua posição na estrutura. A ação, dizemos, é intencional: norteia-se pelos propósitos do sujeito agente, pela vida social dele ou dela no mundo. Engajados assim em projetos de vida, os signos por meio dos quais as pessoas agem são levados a relações referenciais com os objetos das ações dessas pessoas, dotando assim os valores conceituais de significados contextuais particulares. Ainda na ação, os signos estão sujeitos a arranjos e rearranjos contingentes, relações instrumentais que também afetam potencialmente os seus valores semânticos. Todas essas inflexões de significado dependem do modo como o ator experiencia signo como um interesse: o lugar do signo num esquema orientado de meios e fins. A palavra 'interesse' deriva de uma expressão verbal impessoal latina que significa 'faz uma diferença'. O interesse em algo é a diferença que esse algo faz para alguém". Sahlins, Marshall. *Metáforas Históricas, Realidades Míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich* [tradução e apresentação Frava Freshe. Rio de Janeiro. Jorae Zahar. 2008 (1981). p. 127.

a fera em terra sem os demais tripulantes, ou permanecer a bordo do bote, acompanhado, mas sem víveres? Como nos mostra outra metáfora, da hidra policéfala derrotada pelo herói mítico Hercules em textos sobre política entre os séculos XVI e XVIII, “os trabalhos de Hércules simbolizaram desenvolvimento econômico: a limpeza do terreno, a drenagem dos pântanos, e o desenvolvimento da agricultura, tanto quanto a domesticação de rebanhos, bom estabelecimento de comércio e a introdução de tecnologia” (BEACON, 2000, p. 11)³.

De acordo com Peter Linebaugh e Marcus Rediker, os mesmos governantes que utilizaram a imagem de Hércules, descobriram no monstro de várias cabeças um símbolo de “desordem e resistência, uma poderosa ameaça para a construção do Estado, Império e capitalismo” (BEACON, 2000, p. 11)⁴. Como é sabido, quando se corta uma das cabeças da hidra, duas surgem em seu lugar. Isto torna o ato de Hercules tão mais desafiador quanto heroico aos olhos dos governantes viram a si mesmos como um reflexo cada vez mais nítido do esforço *hercúleo* à medida em que revoluções com participação popular estouravam em ambos os lados do Atlântico, rompendo com a ordem vigente e abrindo precedentes para eventos que poderiam alterar hierarquias sociais, como exemplo a independência dos EUA (1776), a revolução francesa (1789), revolução haitiana (1791), revolução de Maio (1810), e outras tantas que compõem o cenário inicial de formação de Estados nacionais em toda América.

Assim também a forma como Santiago de Liniers, o autor do relato enviado ao rei, descreveu a narrativa metafórica dos indígenas está relacionada a outras histórias. História tem histórias. A dos atores da narrativa indígena, guarani-missioneiros, é longa e remonta, no mínimo, aos séculos XVI e XVII. Os Guarani habitavam desde o sul do atual estado de São Paulo até a Lagoa dos Patos e “principalmente, ao longo dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai” (FAUSTO, 2005, p. 386). No alvorecer do século XIX, período em que Santiago de Liniers escreveu o relatório, os 30 povos das Missões Jesuíticas do Paraguai viviam profundas mudanças políticas, cujas razões mais diretas estão ligadas às crises das monarquias europeias de modo geral, e mais especificamente, às reformas borbônicas implantadas no último quartel do século XVIII, entre elas a expulsão dos missionários jesuítas do vice-reino do Peru em 1768, e a criação do vice-reino do Prata em 1776 (MAEDER, 1992). Portugal e Espanha buscavam resolver a complicada questão dos limites territoriais através do Tratado de Santo Ildefonso, cujo acordo preliminar foi firmado em outubro de 1777. Conforme tal tratado, a navegação dos rios da Prata e Uruguai, assim como dos terrenos de suas margens seten-

3 Tradução livre da autora: “The labors of Hercules symbolized economic development: the clearing of land, the draining of swamps, and the development of agriculture, as well as the domestication of livestock, the establishment of commerce, and the introduction of technology”.

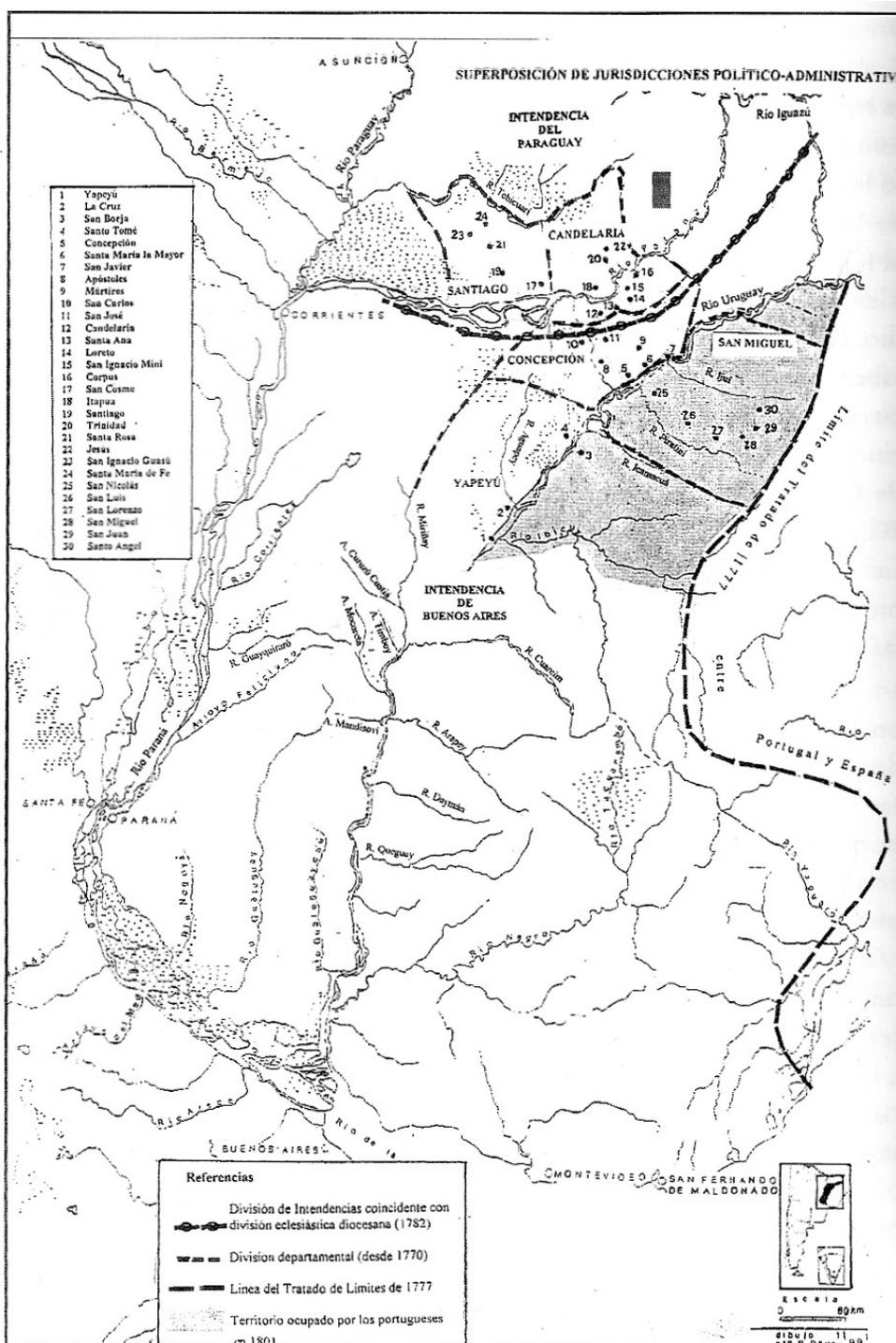
4 Tradução livre da autora: “disorder and resistance, a powerful threat to the building of state, empire, and capitalism”.

trionais e meridionais, pertenceriam à Espanha. Seguindo o curso do rio Uruguai até onde desembocasse em seu primeiro afluente ocidental, ao norte; continuando até o encontro do arroio Chuí com o mar, ao sul, as possessões seriam espanholas. As terras adjacentes à entrada da laguna dos Patos em Rio Grande até os limites com rios como Jacuí, Ibucuí e Piratini pertenceriam a Portugal⁵. Esses limites estavam ainda muito mal definidos, e era preciso que as Coroas conduzissem e fizessem executar, em conjunto, os trabalhos que estabeleceriam as divisas territoriais. Para tanto, o tratado também previa a designação de comissões demarcadoras que seriam responsáveis por averiguar as divisas naturais e definir os locais para a construção de marcos onde tais divisas não existissem. A fim de evitar eventuais desacordos entre Portugal e Espanha até que os trabalhos das comissões fossem concluídos, o tratado estabeleceu uma faixa de terra chamada *campos neutrais* (AMARAL, 1972), sob a qual não haveria jurisdição de nenhuma das partes. O conjunto do que se pode entender como um território missioneiro era extenso e os interesses em governá-lo e ter jurisdição sobre ele estavam bem ajustados tanto às reformas borbônicas quanto às políticas expansionistas de Portugal, incluindo as reformas pombalinas.

As 30 reduções jesuíticas conhecidas como 30 povos das missões faziam parte do vice-reino do Prata e eram divididas em cinco departamentos: Concepción, São Miguel, Yapejú, Candelária e Santiago. Depois da criação do vice-reino do Prata, os três primeiros ficaram sob a administração de Buenos Aires e os dois últimos do Paraguai. Nos 30 povos, os indígenas viviam no chamado regime de comunidade, segundo o qual trabalhavam para a comunidade e para si (MAEDER, 1992, p. 17-40). Os produtos do trabalho coletivo eram gerenciados pelo cabildo e pelos administradores dos povos. Os excedentes eram comercializados em Buenos Aires. Embora o vínculo com a comunidade de origem através do trabalho coletivo e do sedentarismo oferecesse certa segurança aos índios, o regime de comunidade também os privava de circular livremente e de gozar de autonomia para empregar sua força de trabalho (GARCIA, 2013, p. 83-95). Os povos e suas estâncias estavam distribuídos em territórios que hoje correspondem à Argentina, ao Brasil, ao Paraguai e ao Uruguai. Em 1768, 88.828 indígenas habitavam um extenso território nos domínios da América espanhola. Em 1801, 45.639; e para o ano de 1803, estima-se que cerca de 38.430 indígenas habitavam os povos de Missões, de acordo com censos da época (GARCIA, 2013, p. 55). Quer dizer, em cerca de 35 anos, houve uma dispersão de mais da metade dos povos.

5 Harvard College Library. Fundo para uma cátedra de história e economia latino-americana. Tratado preliminar sobre os limites dos países pertencentes à América do Sul às Coroas de Espanha e Portugal, ajustado e celebrado entre o Rei N. S. e a Rainha Fidelíssima, e ratificado por Sua Majestade em San Lorenzo el Real em 11 de outubro de 1777, no qual dispõe e estipula onde deve correr a linha divisória entre um domínio e outro, que deve então ser determinada e prescrita em um tratado de fronteira definitivo. Em Madrid. Na Imprensa Real da Gazeta. Ano de MDCCLXXVII. 1913. páa. 8-11.

Mapa 1 - Superposição de jurisdições político-administrativas posterior a la expulsión de los jesuítas. Mapa confeccionado na Sessão de Etnohistória do Instituto de Ciências Antropológicas, FFy- UBA (Universidade de Buenos Aires).



Fonte: WILDE, G. Religión y poder en las misiones de guaraníes. Buenos Aires: SB, 2009, p. 268.

Em 1800, um dos antecessores de Santiago Liniers, o marques de Avilés, decretou a liberação dos 30 povos do regime de comunidade. O decreto determinava que parte dos povos missioneiros, cerca de 323 famílias, deviam trabalhar apenas para seu sustento, sen-

do que no primeiro ano de liberação, a comunidade de origem garantiria sua subsistência. O vice-rei imaginava que o exemplo das famílias liberadas serviria de estímulo para outras e disponibilizaria mão de obra especializada, cujos resultantes incrementos econômicos poderiam alavancar o liberalismo político dos Oitocentos. Os principais objetivos eram estimular a economia platina através do trabalho dos missionários e promover políticas de homogeneização e unificação territorial (WILDE, 2009, p. 269). A liberação de famílias dos 30 povos visava uma maior interação entre os vassallos e, por conseguinte, aplacar a segregação imposta pelo regime de comunidade. Ao mesmo tempo, facilitava, na teoria, o controle de uma população bastante heterogênea circulando por grandes extensões territoriais que estavam em constante litígio. Na prática, tais mudanças criaram mais um problema de ordem jurisdicional, além de serem, em parte, ineficientes no controle da circulação dos indígenas: embora os 30 povos dependessem de duas jurisdições, a de Buenos Aires e a do Paraguai, as Missões formavam um só governo (MAEDER, 1992, p. 30). Assim, as dificuldades na atribuição de poderes políticos e militares às autoridades missioneiras persistiam desde 1784, quando o Regulamento de 1782 começou a ser colocado em execução⁶. Todas essas novas configurações políticas ocorridas ao longo do último terço do Setecentos afetaram diretamente as populações indígenas da região fronteira no começo do Oitocentos, quando Santiago de Liniers enviou ao rei espanhol um relatório sobre a liberdade e o controle da mão de obra dos indígenas.

2 ESPAÇOS DIVIDIDOS

As disputas entre as Coroas ibéricas se desdobraram no limiar do século XIX. Em 1801, houve a conquista de 7 dos 30 Povos missioneiros para a Coroa portuguesa. A capitania do Rio Grande de São Pedro, mais do que dobrou de tamanho⁷, já que o território missioneiro era maior do que suas dimensões na época (SILVEIRA, 1979, p. 66). Conseguiu aumentar em aproximadamente 28% o número de seus súditos, ao mesmo tempo em que os subtraía da Espanha num contexto marcado por políticas expansionistas, onde possuir mais vassallos fazia a diferença (GARCIA, 2013, p. 177). Tomando-se como base mapas dos habitantes da capitania do Rio Grande nos anos de 1798 e 1802, o número de indígenas aumentou 44% após o ano da 'conquista' (SANTOS, 1984, p. 35-37). Em suma, às margens de rios como o Paraná, estima-se que havia nos 7 povos 14.000 almas em 1801⁸.

6 Em 1782 foi implementado o chamado regime de Intendências, que reorganizou as jurisdições dos vice-reinos. Buenos Aires e Paraguai passaram a ser administrados separadamente, e por conseguinte, os 30 Povos missioneiros ficaram divididos administrativamente.

7 No mapa podemos ver em cinza a parte que o Continente de Rio Grande anexou depois da conquista de 1801.

8 De acordo com um documento supostamente escrito por Francisco João Roscio – suposição esta que cons-

Se, alguns destes dados acusam um significativo declínio demográfico e a princípio podem sugerir a ideia de desagregação ou dissolução da numerosa população indígena, é preciso enfatizar que alterações de natureza política, jurídica e administrativa provocaram contínuos fluxos migratórios responsáveis por reconfigurações em espaços de fronteira. Isto é, os indígenas não desapareceram, eles se dispersaram e, através de movimentações espaciais também decorrentes de mudanças políticas puderam ocupar outros territórios e novos lugares sociais. Contudo, a mobilidade espacial experimentada por eles esteve relacionada tanto à sua dispersão por territórios mais amplos quanto à reorganização da utilização de sua mão de obra na sociedade colonial platina. O intuito deste artigo é demonstrar o quanto sua força de trabalho, muitas vezes considerada especializada, era indispensável para implantar planos e projetos políticos, mas, sobretudo, evidenciar como eles perceberam e lidaram com tal fato durante os primeiros anos do século XIX, período marcado pela crise das monarquias ibéricas e o advento da modernidade política. Ao final de 1801, após o desfecho mais imediato da conquista dos 7 povos situados à margem ocidental do rio Uruguai para a Coroa portuguesa, o governo do vice-reino do Prata procurava remediar a situação da fronteira, que se mostrava incapaz de reagir em caso de novas investidas. Este era o contexto no qual Santiago de Liniers, militar de origem francesa a serviço da Coroa espanhola, foi designado para o cargo de governador dos Povos situados à margem ocidental, sob administração do vice-reino do Prata. Autor do relato que descreve uma narrativa que, segundo ele, os indígenas costumavam contar, Liniers se tornaria o vice-rei do Prata três anos mais tarde, em 1807.

De acordo com Alan Taylor, autor do livro *The Divided Ground*, o título de seu trabalho dialoga com o de Richard White, chamado *The Middle Ground*, pois há um espaço comum, afirma o historiador: os conflitos vivenciados entre povos nativos para se adaptarem criativamente ao poder transformador dos impérios intrusos. No entanto, a substituição de 'intermediários' por 'divididos' reflete variações nas ênfases geográficas e temporais. *The Middle Ground*, Taylor explica, lida principalmente com povos algonquianos da região dos Grandes Lagos e do Vale de Ohio durante um século e meio antes da revolução americana. *The Divided Ground* conta uma história mais tardia através do foco nos legados daquela revolução entre as nações dos Iroquois em uma região limítrofe entre Nova York e Canadá. White revela um período anterior, no qual mútuas acomodações e readaptações pautaram

ta no registro – “os povos que se sujeitaram são os seguintes: São Miguel, que tem 1900 almas; São João, 1600; São Lourenço, 900; Santo Ângelo, 1960; São Luís, 2350; São Nicolau, 3970; São Borja, 1300; - 13.950”. BNRJ. Notícia abreviada dos principais sucessos da guerra de 1801, na campanha do Rio Grande de São Pedro, na América Meridional. [c. 1802]. MS – 554 (1). Coleção Linhares, microfilme 28. Dados apresentados também por PINHEIRO, J. F. F. Anais da Província de São Pedro: história da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Petrópolis: Vozes, 1978 [4ª Ed.], p. 157; CESAR, G. História do Rio Grande do Sul: período colonial. Porto Alegre: Editora Globo, 1970 [1956], p. 217. Há menções sobre totalizarem 22.000 os habitantes dos povos em 1801, entretanto, o dado mais aceito e usado é 14.000. As cifras apresentadas neste parágrafo tomaram por base o número de 14.000.

relações onde nem indígenas nem colonizadores puderam dominar um ao outro, mas, ao contrário, criaram novos costumes e retóricas para lidar uns com os outros (TAYLOR, 2006, p. 11). Taylor trata dos esforços posteriores feitos por nativos para lidar com uma invasão de colonos vindos em grande e crescente número para dividir as terras indígenas em fazendas, aldeamentos e nações, de modo muito semelhante ao que ocorria na região platina na época das revoluções e do princípio da consolidação dos Estados Nacionais argentino, brasileiro e uruguaio.

Através das experiências de indígenas e colonos, Alan Taylor demonstra o quão complexas foram as relações de aliança, afeto, conflito e poder entre eles e colonizadores. As revoluções platinas e americana – a chamada Guerra de 1812 – não tiveram como resultado apenas os conflitos dividindo grupos étnicos e sociais que buscavam exercer autonomia política. Dividiram, além dos espaços de negociação, as terras, os bens e as gentes indígenas. Os esforços e os legados das iniciativas nativas na época das revoluções deixaram marcas profundas na divisão dos espaços e na história social da formação daqueles lugares. Embora os limites forjados a partir de intensas disputas políticas tenham sido estabelecidos, eles permaneceram porosos e a presença da história indígena jamais se evadiu daqueles cenários. Adjetivos pejorativos e escolhas tendenciosas fazem parte de descrições que visavam conformar um modelo estereotipado da agência indígena nos rumos de políticas que ameaçavam a continuidade de rígidas regras hierárquicas e a manutenção de lugares de privilégio. Mesmo assim, subestimando (ou fazendo parecer que subestimava) modos indígenas de narrar e integrar contextos, as informações do relatório de Liniers permitem interligarmos dados sobre o leque de pressões e oportunidades que os indígenas enfrentaram durante as duas décadas iniciais do XIX. Logo, é impossível desconsiderar que o significativo contingente populacional de indígenas dos 30 povos foi impactado pelas mudanças políticas tanto quanto foi partícipe ativo ao longo do processo de modernização política, que acabaria por emancipar possessões coloniais em toda a América espanhola e portuguesa no começo do século XIX, após a crise das monarquias ibéricas.

3 UMA HISTÓRIA SOBRE A DESCRIÇÃO DAS AÇÕES INDÍGENAS

Santiago de Liniers participou de campanhas militares na África na década de 1780. Em 1795, já no comando da esquadra de Montevidéu, que guardava a capital de ataques estrangeiros e, sobretudo, de investidas inglesas ao comércio ilegal, recebeu o título de capitão de navio. Em 1802, mudou-se com a família para Buenos Aires. Antes de se tornar governador dos povos missioneiros sob administração da capital do vice-reino do Prata, esteve atento às oportunidades de participar de redes de comércio e fazer fortuna naquelas terras que considerava repletas de recursos humanos e naturais mal utilizados. Em 1803, quando

assumiu o cargo de governador dos povos missioneiros dos departamentos de Santiago e Candelária, sob jurisdição de Buenos Aires, tentava se recuperar de uma difícil situação financeira devido ao “malogrado estabelecimento que meu irmão, o conde de Liniers, veio a plantificar nesta cidade” (Apud GONZALEZ, 1946, p. 18). A promessa de boa demanda e oferta da fábrica de tabuletas de caldo carne que os irmãos fundaram não vingou. Apesar disso, Santiago de Liniers vislumbrava que, na ocupação de novos cargos políticos “poderia ainda ser meus serviços de alguma utilidade” (Apud. GONZÁLEZ, 1946, p.18), conforme assegurou numa missiva ao vice-rei do Prata, Joaquim del Piño. Tão logo foi designado para o cargo de governador do território missioneiro, fixou residência no Povo de Candelária. Uma das incumbências dadas a Santiago de Liniers era resguardar a fronteira com a capitania do Rio Grande e torná-la apta à defesa. Ele ponderou que a região continuava desguarnecida militarmente e solicitou auxílios diretamente ao vice-rei, que o investira naquele cargo (BEVERINA, 1935, p. 437-443). Interagiu com os habitantes locais, entre eles o cura do Povo de São Lourenço refugiado em Candelária.

A partir do olhar do padre Bernardo Montañéz, que permaneceu em sua função por algum tempo depois da conquista de 1801, inteirou-se da “invasão portuguesa”. Através dele, Liniers soube que os indígenas estariam arrependidos das negociações que haviam estabelecido com os portugueses para empreender a conquista de 1801, “e desesperados, pois [os portugueses] não somente os oprimem em tarefas, sem gratificar-lhes: lhes roubam seus gados e cavalos e os tem sem alimentos” (AGNA, 1803, IX-18-3-3). Temendo uma fuga em massa, os portugueses os coagiam anunciando que, caso os espanhóis voltassem a dominar o departamento de São Miguel, suas condições poderiam ainda ser piores, donde o religioso concluiu que era esse o motivo pelo qual os índios preferiam não atravessar para a margem ocidental do rio Uruguai e permanecer na oriental, sob domínios portugueses. Santiago de Liniers intencionava controlar a travessia do rio pelos indígenas. O relato do padre Bernardo Montañéz sobre as maneiras através das quais os indígenas se colocaram mediante a situação de conflito e sobre o estado dos 7 Povos foi descrita em detalhe a Santiago Liniers, que não se deu por satisfeito com as informações e foi ver de perto a quantas andavam os Povos e os indígenas sob o governo da capitania do Rio Grande de São Pedro (AGNA, 1803, IX-18-3-3). Através de informantes e de saídas de campo que efetuou pessoalmente, constatou que em 6 dos 7 Povos não havia fortificações preparadas para uma eventual guerra. Soube que o comando da fronteira estava menos cuidadoso, pois o fluxo de indígenas dos Povos à leste e à oeste do rio Uruguai havia diminuído depois que a intensa circulação dos índios – e o descontrole da administração colonial sobre sua mobilidade espacial – foram atribuídos a uma ação de Tomás de Rocamora entre os índios ‘infiéis’⁹. Oportunamente, então, depois

9 Além disso, parte das vaqueiadas estava suspensa devido à falta de cavalos.

das sondagens *in loco*, o governador de Misiones pediu ao pároco que fizesse saber aos índios que a Coroa espanhola estava disposta a admiti-los novamente como “seus vassalos, considerando bastante castigo as vexações que têm experimentado” entre os portugueses (Idem). Isto é, naqueles espaços divididos, os indígenas poderiam atravessar o rio e voltar aos domínios espanhóis, mesmo correndo o risco de serem pegos em armadilhas, como na história que costumavam contar, podendo também escapar delas, como a ausência de desfecho indica. Ao mesmo tempo em que convidou indígenas dos Povos missioneiros do lado oriental para atravessarem o rio Uruguai e voltarem a ser vassalos da Espanha, buscou fazer chegar “recursos de *maestranza*”, bem como diversos tipos de armamentos vindos da praça de Montevideú, para instruir aos do lado ocidental sobre como ataca-los, caso não aceitassem a oferta. Isto é, era mesmo difícil atravessar de uma margem a outra do rio, e igualmente complicado para os indígenas andar por aquelas paragens sem enfrentar os inimigos. Santiago de Liniers elaborou um arrojado projeto para arregimentar soldados e habilitá-los a usar armas de fogo (AGNA, 1803, IX-18-3-3). Territórios disputados e divididos, armas e armadilhas, perigo vindo de vários lados, o contexto revolucionário se apresentava para alguns como um monstro de várias cabeças. Tais planos eram entendidos por ele como uma chave para fortalecer a defesa das fronteiras contra ataques e investidas de estrangeiros.

Para executá-lo, no entanto, era fundamental que ‘os naturais’ fossem devidamente treinados, pois em seu conceito, era raríssimo encontrar um deles que soubesse como utilizar tais armas, “que servem como a luz ao cego, a harmonia ao surdo e a eloquência a um mudo” (GONZÁLEZ, 1946, p. 41). Um tanto tergiverso e outro tanto difuso neste comparativo, Liniers, talvez sem perceber, o retificou ao considerar que não seria difícil encontrar em Misiones “os índios que serviram na guerra passada na Artilharia e nas lanchas de força sob meu comando” (GONZÁLEZ, 1946, p. 42). Ou seja, em ocasiões recentes os indígenas haviam servido em forças regulares e milicianas, e não apenas sob seu comando, é preciso ressaltar, mas também por conta própria ou sob o de outras autoridades militares a serviço de Portugal e da Espanha, como foi o caso da conquista de 1801. De todo modo, o projeto de Santiago Liniers não era exatamente o que se pode chamar de inovador. Arregimentar, utilizar os conhecimentos indígenas para realizar combates e treiná-los para o serviço militar são práticas que remontam às conquistas empreendidas por boa parte dos particulares e agentes coloniais na região platina. O projeto contava com o envio de artilheiros, infantes e Dragões a serem contratados e distribuídos em cada um dos Povos para ‘ensinar’ aos indígenas como ser soldado operando armas de fogo. Os recrutas, concentrados no Povo de Apóstoles, “seriam adestrados no manejo de canhão de batalha, obus e fuzil”. Depois de cumprida a etapa de treinamento, o governador planejava criar em cada um dos Povos, uma companhia de artilharia e atiradores. Um dos grandes entraves para executar o plano,

no entanto, dizia respeito ao financiamento destas vinte e três companhias situadas do lado ocidental do rio Uruguai. A solução proposta por Liniers, também não muito inventiva, veio através da iniciativa que complementava o plano, baseando-se nas *Leis de Indias*.

Santiago de Liniers, guiado pela diretriz das *Leis de Indias*, estabeleceu que os índios ausentes dos Povos deveriam pagar tributo proporcional ao obtido de sua indústria ou trabalho pessoal. Propôs a cobrança de quatro pesos e meio ao ano a cada uma das famílias em trânsito. Fiado nas notícias que obtinha através de seus informantes, calculava que a arrecadação dos impostos pagos pelas famílias que estavam fora dos Povos seria suficiente para financiar seu projeto de recrutar aqueles que neles permaneceram. Meticuloso quanto aos critérios elaborados para tornar o projeto realizável, Liniers fez de um estancieiro o cobrador. Velho conhecido de grande número indígenas, o cobrador os empregava em sua propriedade, onde prestavam os mais variados trabalhos (AGNA, 1803, X-18-3-3). O estancieiro seria comissionado no valor de três por cento do total de impostos recebidos, não apenas em sua fazenda, mas também daquele arrecadado entre indígenas 'fugidos', estabelecidos em Buenos Aires, Montevideú, Santa Fé e Corrientes. Aqueles que não contribuíssem seriam conduzidos aos seus Povos de origem, destinados aos trabalhos públicos, "com a mortificação de um grilhão" (AGNA, 1803, X-18-3-3). Isto fazia com que os indígenas tivessem uma possibilidade de escolha muito reduzida. Tal qual na situação descrita pela história que os indígenas costumavam contar: se permanecessem nos Povos, "seguros" ou presos como se estivessem numa embarcação, eram privados de circular livremente pelos seus territórios; se a eles fosse concedida permissão para trabalhar fora dos Povos seriam obrigados a prestar serviços e pagar tributos, tal qual as famílias que não eram dos principais e que permaneciam nos Povos; e se fugissem, a punição seria igualmente a prestação de serviços, mas desta vez, acompanhada de um grilhão. Como sua liberdade para circular e empregar sua força de trabalho estava por um fio, uma opção arriscada seria compor as companhias militares idealizadas por Liniers. A outra seria enfrentar os perigos de cruzar os espaços divididos ao atravessar o rio. Talvez alguns tivessem optado por esta última alternativa, pois o projeto de Liniers de defender e guarnecer as fronteiras, palco de tantos embates entre portugueses, indígenas e espanhóis, não vingou.

A despeito da tendência comum em atribuir aos costumes indígenas o fracasso de políticas de controle e ordenamento social, não parece difícil perceber que o "grilhão" com o qual Santiago Liniers intencionava limitar a circulação dos índios ou abocanhá-los para o serviço militar não combinava com as diretrizes enviadas ao vice-reino pela Coroa espanhola, que buscavam reiterar, através de uma Real Cédula, em 1803, a 'liberdade' que lhes havia sido concedida em 1800, através do então vice-rei marquês de Avilés acerca da liberação de algumas famílias do regime de comunidade.

Algumas das razões para o insucesso, ele tentou explicar ao final de seu mandato como governador. Diante das conflitantes medidas administrativas oriundas de diferentes instâncias de poder, em junho de 1804, quando Santiago de Liniers estava prestes a entregar seu cargo, achou por bem escrever uma carta ao rei da Espanha sobre o conteúdo e significado da R.C. de 1803¹⁰. Ao sublinhar e propagandear sua experiência junto aos indígenas, propôs “algumas reflexões sobre aquele particular” que tratava da “liberdade dos naturais desta Província”. A “felicidade e progresso dos índios” estavam “muito distantes da realidade”, pontuou Santiago de Liniers. Em sua opinião, a concessão daquela “liberdade parcial”, concedida pelo marquês de Avilés, não havia incentivado mais do que ao vício e ao abandono dos preceitos religiosos, além de exasperar os conflitos entre aqueles que não disfrutavam de tal prerrogativa. Depois da liberação de algumas famílias do regime de comunidade, decretado por Avilés, continuava Liniers, indígenas consumiram o gado de suas estâncias, tal como tigres que consumiam o gado em regiões do Uruguai. Em sua opinião, muitos deles, sem nenhum conhecimento sobre agricultura, acostumados a uma vida sedentária, não estavam aptos a trabalhar e a viver civilizadamente por si sós. Estavam inabilitados às lidas de “laboriosos lavradores” ou de “homens campestres”. No departamento de Santiago, exemplificou, casas sem porta e sem janelas eram “moradas de índios livres, que se acharam povoando os sítios mais remotos e mais solitários do distrito do Povo”. Isto é, para Santiago de Liniers, a alternativa para “a felicidade e progresso dos índios” era tolher sua liberdade. O projeto de civilizá-los, instruindo-lhes a manusear armas de fogo, por exemplo, não possuía qualquer ligação com “a liberdade dos naturais desta Província”. Ao contrário, o projeto vincula de modo explícito a “felicidade e progresso” dos índios ao trabalho que deveriam realizar em frentes agropastoris e militares, reconhecendo, portanto, a condição negativa de sua liberdade.

Nesse sentido, é preciso considerar que um dos pontos cruciais que estavam em jogo, depois da liberação de algumas famílias do regime de comunidade pelo vice-rei do Prata em 1800, após a conquista de sete dos trinta povos missioneiros para a Coroa portuguesa em 1801, e no advento da R.C. de 1803, era a reorganização política do espaço missioneiro estreitamente vinculada à “necessidade de definir a liberdade dos índios e a sorte dos povos de Misiones” (MAEDER, 1992, p. 206). As operações, discursivas e práticas como estas que constam no relatório de Santiago de Liniers servem a um propósito, entre tantos outros importantes para o êxito das diretrizes políticas coloniais e para a acumulação de capitais: ordenar, legalizar e viabilizar o uso das terras e da mão de obra indígena. Tanto assim, que

10 Museu Mitre. Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 18. “Representación al rey pelo capitán de la Real Armada D. Santiago Liniers, sobre as Misiones tapes y guaraníes de las que era governador interino”. Candelária, 06 de julho de 1804. Doravante este documento será referido como Representación, tanto no corpo do texto como nas notas de rodapé.

o então governador da Província missioneira, futuro vice-rei do Prata, se referiu às imensas riquezas e recursos disponíveis naquele território de:

24.000 léguas quadradas de superfície, ainda que se tirem 4.000 pelo espaço que ocupam os rios, banhados e terras estéreis, e que supondo somente quatro indivíduos por cada família, se acham 8.000 famílias às quais (em suposição que todas se dedicassem à agricultura, o que é meramente impossível) se repartisse a cada uma uma légua quadrada de terra resultariam sempre 12.000 vacantes (dupla extensão da Inglaterra que mantém 5.500.000 habitantes), que distribuídas a colonos inteligentes produziriam mais riquezas que as minas de Potosí: proposição que ainda que pareça um paradoxo se pode demonstrar e calcular até a evidência (MUSEU MITRE, Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 18).

Ele fez cálculos sobre a quantidade de terras disponíveis e em seu juízo, mal aproveitadas. Confrontou o enorme espaço missioneiro às proporções territoriais da Inglaterra, que se consolidava como uma potência comercial e experimentava uma revolução industrial que demandava grande quantidade de matéria-prima e mercado consumidor. Arrolou diversos cultivos que poderiam tornar a Província rica, entre eles o algodão, a erva-mate, o tabaco, o ruibarbo e o caraguatá, este último conhecido também como *erva-do-gentio*, uma espécie de bromélia com propriedades medicinais. Citou “o famoso bálsamo extraído do arbusto chamado *aguaribaí*”, também chamada *guallegüay*. Tais conhecimentos foram adquiridos como resultado de sua experiência junto aos indígenas, numa clara demonstração de que operar armas, lidar com o gado e com a terra não eram as únicas maneiras através das quais os indígenas poderiam tornar a Província rica e lucrativa. Seus conhecimentos sobre os recursos naturais da região também contavam. Não obstante, em seu relatório busca trazer os índios como os principais responsáveis pelo atraso da economia na Província em abundantes descrições sobre o seu “caráter, ídolos e inclinações”. Podemos depreender do relato de Liniers um costume praticado por colonizadores, herdeiro de velhas tradições: a assunção discursiva e aparentemente incontestada, sobre a inaptidão dos indígenas ao trabalho devido à sua cultura. Projetos para civilizá-los e integrá-los à política colonial em crise estavam associados às tentativas de diminuir ou extenuar seus traços culturais e, simultaneamente, ao enorme empenho em controlar e ordenar a sociedade da qual faziam parte. A causa principal do “escandaloso abandono” em que se achava a região, segundo o governador de Misiones era o insistente “atraso” dos índios que se entregavam aos vícios, ao abandono da religião católica e, sempre que possível, à luxúria e ao ócio. Todos esses pormenores estão presentes no relato de Liniers, pouco inovador, como já dissemos, em termos de testemunhos sobre a ineficácia de métodos de controle empreendidos por agentes de governo em processos de transição para uma nova ordem política¹¹. Projetos, como o de Santiago

11 O processo de emancipação dos Estados Unidos da América é um exemplo. Conforme Daniel Richter, “se [o projeto civilizatório] seria igualmente adequado para as condições do século XIX de dominação dos EUA, e se a pressão implacável de colonos brancos em migração para o oeste estava em dúvida, não era porque os “vermelhos” baseavam-se, de algum modo, em padrões antigos de comportamento, mostrando uma

de Liniers buscavam expropriar territórios indígenas, privá-los de neles circular livremente e impedi-los de empregar sua força de trabalho como bem entendessem. Na Província missioneira a liberdade dos naturais deveria ser cerceada e controlada, entre outros mecanismos, através de operações discursivas que vinculavam aos costumes alheios a “impavidez da barbárie” ou a “indiferença com que admitem os socorros que lhes apresenta a caridade espiritual”. Segundo Liniers, os indígenas escondiam seus enfermos e preferiam “os remédios de seus curandeiros” (MUSEU MITRE, Arm. B, C. 29, P. 1, Nº de Ord. 18), manipulados a partir de plantas medicinais. Mesmo assim, ele lhes deu outros medicamentos ‘à força’ e ressentia-se de não ter recebido nenhuma mostra de gratidão por isso, atitude reveladora sobre a suposta selvageria dos indígenas. Vale ressaltar que os conhecimentos dos xamãs sobre a manipulação de plantas medicinais e administração de tratamentos não eram de interesse exclusivo dos indígenas. Liniers citou o caraguatá, o ruibarbo e o aguarabaí, por exemplo, como potenciais fontes de riqueza para a Província. Contudo, a principal questão trazida por Liniers era a ponderação sobre o fato de o marquês de Avilés, ao perceber o estado de devastação e decadência em que se achava parte da região missioneira, “começou a dar a liberdade a alguns índios”. Segundo ele, o marquês havia decidido estimular a economia e o comércio da região, informado por pessoas “sem nenhum conhecimento destas missões”. Ou seja, o cerne do problema não dizia respeito apenas aos recursos naturais disponíveis na região, que poderiam enriquecer a Província e o vice-reino, mas à utilização da mão-de-obra dos indígenas. Ao considerá-los inaptos ao trabalho livre, Liniers assegurou que com “este novo sistema” proposto pela R.C. de 1803 e a ratificação da condição de ‘liberdade’ dos índios, “estão perdidas estas *Misiones*”.

Com esta afirmação forte, Liniers demonstrava a importância de administrar a mão de obra dos indígenas. “Não se trata menos do que da sorte de trinta e três mil vassalos de V. M., só nos quatro departamentos de Candelária, Santiago, Concepción e Yapejú e de vinte e quatro mil léguas quadradas do mais rico solo de seus vastos domínios”, contestou o governador. Ademais, “em várias necessidades deste continente”, percebia ele, “alistaram muitos milhares de soldados bem disciplinados, armados, municionados, e montados à custa dos Povos, levando até seus víveres e medicinas”. A ênfase nas vantagens do recrutamento para o serviço militar à mais alta autoridade colonial nos permite perceber que a administração da mão de obra indígena seguia sendo importante para os negócios e a política do vice-reino do Prata. Nota-se a grande preocupação sobre a autonomia coletiva e individual dos in-

inexplicável estima pela selvageria, ou modos livres de viver da caça, ou porque eram inaptos a se adaptar a circunstâncias de mudança. (Nenhum grupo nativo que sobreviveu à carnificina demográfica, militar, e econômica poderia ser acusado desta última falha). Se a fome surgiu, não seria literalmente por falta de comida. Ao contrário, seria porque o projeto de [Thomas] Jefferson expropriou sistematicamente seus territórios de caça e os privou da oportunidade de produzir bens comercializáveis para trocar por manufaturados ou dinheiro”. RICHTER. Daniel. 2013. p. 249. Tradução livre da autora.

dígenas na prestação de serviços e também na administração de bens missioneiros imóveis e semoventes. Liniers também contestou as disposições do “fiscal protetor dos índios de V. R. Audiência de Buenos Aires”. Posicionou-se contra indígenas serem capatazes das estâncias missioneiras, contra sua liberdade de comercializar sem a presença de negociantes espanhóis nos Povos e contra o cultivo de terrenos e plantações como próprios de cada Povo. Sobre este último item, considerava que seria penoso para os índios “ter que deixar suas fainas ou seus ofícios” para atender às necessidades da comunidade. Talvez aqui possamos apontar mais um indício de que a narrativa indígena faz sentido, pois no contexto do advento da modernidade política nas Américas, com as independências, era um desafio enorme para boa parte dos povos indígenas manter o vínculo com a comunidade. As estratégias individuais e o descolamento do vínculo comunitário eram incentivados pelas políticas indigenistas da época. De maneira alusiva à história contada pelos índios, poderíamos considerar que, para aquele cuja perna foi abocanhada pelo tigre, também seria penoso deixar o barco para atender as necessidades dos demais. Contudo, permanecer navegando pelo rio, indefinidamente, não era possível. Liniers considerava mais apropriado que se mantivessem em seus negócios e fossem capazes de pagar os tributos que lhes eram cobrados, assim como deveriam deixar a cargo de agentes do governo a administração e o manejo das estâncias e de todos os bens que possuísem. Já na história indígena, aqueles que permaneceram no barco consideravam apropriado que o indígena que saltou em terra por si só conduzisse a situação de perigo, dando a maior atenção possível ao inimigo que impunha barreiras à sua mobilidade e colocava sua vida em risco. Sobre os indígenas serem capatazes de suas estâncias, Liniers ponderou:

Digo que a felicidade e prosperidade de um Povo depende da direção da estância, que há de prover não somente a subsistência, mas todos os recursos para a agricultura, cria de bois, de cavalos e mulas, comissão que exige uma inteligência, uma vigilância e uns conhecimentos nada vulgares, e por cujo desempenho se deve buscar sempre sujeitos a propósito sem reparar em salários, pois dele depende a ruína ou prosperidade de um povo, e sendo de notoriedade que nenhum índio tem estas qualidades, me parece que a prudência não permite pôr-se na contingência de ir experimentando (MITRE, Arm. B, C. 29, P. 1, Nº de Ord. 18).

Tais considerações, contrárias às aptidões e iniciativas indígenas na condução de seus negócios e bens, reiteram que a administração do trabalho dos índios era importante para o estabelecimento de políticas e negócios coloniais. Daí a enorme tendência em subdimensionar a autonomia praticada por eles em suas contínuas movimentações pelo espaço missioneiro, mesmo diante dos perigos e das dificuldades impostas pelas novas políticas que buscavam ordená-los e exercer efetivo controle sobre sua mão de obra. Dito em outras palavras, o propósito de tais considerações ou o motivo de levar “minha débil voz até seu trono”, como escreveu Santiago de Liniers ao rei espanhol, era:

[...] repetir-lhe que se se concede a estes índios a liberdade e se lhes distribui todas as terras desta Província, excluindo dela espanhóis, ou não tenho conhecimentos dos homens e perdi todo o tempo que dediquei a estudar estes naturais e adquirir tal qual ilustrações, ou se perdem estas Misiones, devendo-se necessariamente para tirar dela as incalculáveis vantagens que prometem, tratar de povoá-las como acima expus, e então tendo os índios modelos que imitar na indústria, economia e vida social, quem consuma os produtos de suas chácaras, único cultivo que entendem, quem empregar e assalariar em grande número, sem energia nem conhecimentos para ser proprietário, e lhes assegurar sempre sua subsistência e os meios para pagar seus tributos, então, dê-lhes uma boa liberdade e seja cumprido seu supremo desejo de melhorar a sorte deste índios (MUSEU MITRE, Arm. B, C. 29, P. 1, Nº de Ord. 18).

No aval de Liniers, posto que os índios missioneiros não dispunham de “energia nem conhecimentos para ser proprietário”, era necessário que formassem um corpo de trabalhadores cuja mão de obra pudesse atender às demandas regionais de administradores públicos e particulares. Se os indígenas não se transformassem em trabalhadores capazes de consumir a produção de mercados em expansão naquela época e pagar impostos, ou seja, se a exploração de sua força de trabalho não fosse capaz de movimentar a economia regional, a economia central seria, efetivamente, afetada. Os mais de trinta mil vassalos, de acordo com os cálculos de Liniers, precisavam trabalhar para que os exércitos se pusessem em estado minimamente satisfatório, para que a agricultura e a pecuária fossem impulsionadas, e precisavam pagar impostos para que o real Erário pudesse arcar com as ‘despesas’ administrativas dos povos missioneiros. Quer dizer, diversos tipos e modalidades de prestação de serviços pelos indígenas eram considerados indispensáveis ao impulso econômico da região platina. Porém, seu projeto de militarizar a Província missioneira e defender as fronteiras não deu certo, tampouco os planos para torná-la mais rica e rentável.

Quanto aos outros planos de Santiago de Liniers, não parece coincidência que, após diversos aprendizados durante a estada entre os índios, tenha deslanchado sua carreira política. Foi promovido a capitão de navio da Real Armada em Montevideu, no ano de 1796. Exerceu os cargos de governador de Misiones, entre os anos de 1803 e 1804. Entre os anos de 1804 e 1806, quando as dificuldades do comércio legal aumentaram a importância do comércio clandestino e as exportações de couros cresceram a ponto de praticamente dobrar num curto espaço de tempo¹², Liniers ocupou os cargos de comandante da estação naval de Buenos Aires e depois, da estação da enseada de Barragán (VAZQUEZ, 2012). Em 1806, quando houve a primeira das invasões inglesas à capital portenha, Santiago de Liniers foi à Banda Oriental buscar recursos para enfrentar aos invasores. Ou seja, depois de refletir

12 De acordo com Raúl Fradkin e Juan Carlos Garavaglia, “(...) as exportações de couros aumentaram de 340.000 peças anuais para 670.000 duas décadas depois”. Além disso, é importante informar que a atividade mineiradora em Potosí, que durante a década de 1790 cobria em torno de 60% dos gastos fiscais de capital do vice-reino, cobriu apenas 6% nos primeiros cinco anos do século XIX. FRADKIN, Raúl Osvaldo & GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina Colonial: El Río de la Plata entre los siglos XVI e XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. 2009. p. 200.

sobre estratégias para guardar as fronteiras de ataques estrangeiros, planejar a organização de milícias missioneiras, solicitar auxílios de armamentos e militares para instruir os índios a operarem armas de fogo durante seu mandato como governador de Misiones, Liniers resolveu sair do entorno urbano de Buenos Aires e ir aos campos orientais. Certamente, vislumbrava conseguir recursos humanos e materiais suficientes para fazer frente aos ingleses. Não se equivocara. De lá, voltou “com uns 500 soldados e mais de 400 milicianos (...). Em sua marcha foi somando partidas recrutadas na campanha e, em poucos dias, suas forças chegavam a 3000 efetivos” (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009. p. 201), o dobro de soldados que desembarcaram da frota inglesa em costas rioplatenses. Foi com este contingente que Liniers liderou a expedição de reconquista da capital. Como resultado, um cabildo aberto exigiu que o vice-rei renunciasse ao cargo, em agosto de 1806, ao passo que Liniers consolidava seu prestígio e liderança. Em fevereiro de 1807, quando os ingleses realizaram a segunda invasão, ocupando Montevideú, um grupo seletivo de membros da elite local, entre funcionários do governo, *vecinos* e autoridades militares determinou o completo afastamento do vice-rei marquês de Sobremonte e a transferência de seu cargo e atribuições a Santiago de Liniers, que passava a ser responsável pela defesa de todo o vice-reino do Prata. Em julho, depois de alguns sucessos na ocupação da capital da Banda Oriental, os ingleses capitularam. Os serviços prestados pelos soldados arregimentados contribuíram significativamente para a expulsão dos exércitos invasores da região, motivo pelo qual Santiago alcançou o mais alto posto político entre os anos de 1807 e 1809, o de vice-rei do Prata. A valorização de soldados oriundos de setores sociais marginalizados não era casual. Tomando como base as informações trazidas pelas fontes analisadas, a assertiva se fortalece. Os conhecimentos sobre as amplas extensões territoriais da região e sobre a localização de rebanhos, fruto da intensa circulação espacial e mobilização política dos indígenas, ou ainda, sobre os usos de plantas medicinais, adquiridos através de sabedorias ancestrais, fazia com que seus serviços junto às milícias e exércitos regulares fossem extremamente importantes naquele contexto. A militarização oferecia outros caminhos para alcançar a liberdade. Se a experiência de setores da elite peninsular e crioula no convívio com grupos sociais marginalizados possibilitou a ocupação de novos cargos políticos pelos primeiros, apresentou-se também como caminhos para a conquista de uma nova condição social para os segundos.

4 UMA OUTRA HISTÓRIA SOBRE AS AÇÕES INDÍGENAS

Como não é difícil de perceber, Santiago de Liniers interpretou a narrativa indígena menos como reflexo da realidade que viviam e mais como um retrato das diferenças culturais que qualificavam os comportamentos “morais destes índios acrescidos da sua nenhuma energia e estímulo” (GONZÁLEZ, 1946, p. 40). Mas é preciso reinterpretar as experiências

indígenas e seus modos peculiares de contar histórias a partir de outras fontes da época em que Santiago Liniers escreveu o relato, tendo em mira os interesses políticos e econômicos dos autores e dos atores dos registros. De acordo com o depoimento de uma testemunha, num processo movido por autoridades do vice-reino do Prata sobre a conquista de 7 dos 30 povos para a Coroa portuguesa, Manuel dos Santos Pedroso, um dos atores cujo nome ficou mais conhecido no conflito, “era tigreiro, ou caçador de tigres” (AGNA, Sala IX, 35-1-3)¹³. Ele caçava as feras com a permissão do tenente-governador do departamento de São Miguel. Maneco, como era chamado, também foi acusado de saquear carretas e outros bens dos povos e habitantes do departamento de São Miguel, onde se localizava 6 dos 7 povos à margem oriental do rio Uruguai (AGNA, Sala IX, 35-1-3). Em algumas ocasiões, em expedições de exploração e reconhecimento do território empreendido por autoridades coloniais, as tropas encontraram tigres, como eram chamadas os jaguares e onças da região. Numa delas, a tropa do capitão do regimento de Blandengues de Montevideú, José Rondeau, foi conduzida sob os cuidados e atividades dos guias indígenas Gusmão, Perú e Tomás Yaparé, que deram notícias da movimentação de rebanhos e outros grupos indígenas, além da presença de tigres que assustaram a tropa e a cavallhada (MITRE, 1804, Arm. B, C. 29, P. 1, Nº de Ord. 20).

A narrativa indígena que deu início ao texto deste artigo costumava ser contada e repetida por eles, de acordo com Santiago Liniers. Para ele, parecia não fazer sentido pelo fato de que, nas suas palavras, os indígenas eram selvagens dotados de pouca diligência. Entretanto, à luz das informações trazidas pelas fontes utilizadas neste artigo e do cruzamento entre elas, a narrativa poderia ser reinterpretada: indígenas costumavam navegar com certa liberdade pelos rios que cortavam os territórios divididos. Necessitaram fazer uma parada e, ao ultrapassar os limites que separavam as margens dos rios das terras sob distintos domínios coloniais, corriam o risco de serem atacados por inimigos, com quem dividiam o espaço. Mesmo assim, como a parada era necessária, mudaram do lugar onde pareciam seguros – embora talvez, desabastecidos de víveres – para o outro lado. Em terra, próximo, mas separado de seus companheiros que continuaram na água, um deles é atacado por um tigre, que não o domina por completo. A fera, outrora abundante por aquelas bandas, mas caçada devido ao risco que representava para os fazendeiros e negociantes de produtos derivados de gado, pois consumia a carne dos rebanhos e até mesmo os couros destinados ao comércio, refugiava-se às margens de lugares limítrofes. Quando as oportunidades se apresentavam, o tigre agarrava alguma presa e com ela tratava um confronto em busca

13 A palavra tigre, presente nas fontes, diz respeito à onça pintada ou felinos das “terras baixas” da América do Sul. Em geral, a literatura sobre religião guarani também faz menção a estes animais. Como exemplo: FAUSTO, Carlos. Se Deus fosse jaguar: canibalismo e cristianismo entre os Guarani (séculos XVI-XX). Mana, v. 11, p. 385-418, 2005; VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. Animais exóticos de origem europeia ou africana entre povos indígenas nas terras baixas da América do Sul Notas para pesquisas futuras. Estudios Latinoamericanos. v. 38. p. 143-174. 2018.

da sobrevivência. O índio atacado pediu ajuda aos seus, que não o livraram da luta, mas o aconselharam usando uma espécie de psicologia reversa: o descuido com a fera faria com que ela o agarrasse melhor. Em outras palavras, se o índio estivesse atento aos perigos e ameaças quando resolvesse passar de um lugar a outro, o ataque seria menos efetivo, e, por conseguinte, haveria uma maior probabilidade de se livrar da emboscada em que caíra. Havia a alternativa de retornar ao barco, assim que o índio conseguisse, com sua própria atitude e animado pelo aviso dos seus, enfraquecer a abocanhada do tigre. Dar cuidado à fera, também implica conhecer as necessidades do inimigo. De todo modo, na situação descrita, era o indígena, e apenas ele, quem poderia se apoderar da luta contra o inimigo, libertar-se de suas garras e escolher entre retornar ao barco para junto dos seus ou permanecer em terra, arriscando enfrentar outras feras e talvez reencontrar aqueles que, porventura, tivesse deixado em outras paragens.

A história contada pelos indígenas e descrita por Santiago de Liniers não possui um desfecho. Em semelhança com o contexto, suas personagens principais enfrentariam vários perigos e desempenhariam distintos papéis ao longo daquelas décadas de embates pela posse de territórios, conflitos pelo estabelecimento de limites fronteiriços e disputas por posições sociais e recursos naturais. Os sujeitos partícipes nesta cena não tinham como prever que tais disputas romperiam com a ordem colonial. É preciso marcar que, na documentação consultada, as atividades dos índios parecem ser entendidas pelos autores do registro como importantes. Porém, não é seu objetivo destacar o quanto foram necessárias ou o quanto os indígenas eram sujeitos ativos. Assim, no mais das vezes, aparecem como se não pudessem estar em outros lugares, realizando outros serviços, não fossem aqueles de vaquejar, pelejar, obedecer a ordens, demonstrar boas performances na lida com o gado e nos campos de batalha. Mas estas descrições revelam muito mais do que aquilo que os autores do registro quiseram transmitir sobre as histórias indígenas e podem ser compreendidas de outra maneira. Embora muitas vezes fossem coagidos a integrar partidas militares e realizar acordos de prestação de serviços com estancieiros, políticos e autoridades do exército, os indígenas usavam tais oportunidades para exercer certa autonomia e controle sobre seus bens e territórios. Ao integrar milícias e exércitos, por exemplo, continuavam a circular por grandes extensões territoriais, colocando em prática um traço marcante de sua cultura, a mobilidade espacial ou 'a liberdade' da qual tratavam inúmeros relatórios administrativos, ordens e leis.

REFERÊNCIAS

FONTES

AGNA. Sala IX, 4-3-4, **Campo de Bloqueio da Banda Oriental**.

AGNA. Sala IX-18-3-3, **Misiones** (1803-1804).

MUSEU MITRE. **Seção de Manuscritos**. Arm. B, C. 29, P. 1, Nº de Ord. 20. Diário de operaciones en la Banda Oriental.

MUSEU MITRE. **Seção de Manuscritos**. Arm. B, C. 29, P. 1, Nº de Ord. 18. Representación al rey pelo capitán de la Real Armada D. Santiago Liniers, sobre as Misiones tapes y guaraníes de las que era gobernador interino.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, A. F. **Os campos neutrais**. Porto Alegre: Planus, 1972.

BEVERINA, Juan. **El Virreinato de las Provincias del Río de la Plata: su organización militar**. Buenos Aires: Circulo Militar, Biblioteca del Oficial, 1935.

FAUSTO, Carlos. Se Deus fosse jaguar: canibalismo e cristianismo entre os Guarani (séculos XVI-XX). **Mana**, v. 11, p. 385-418, 2005.

GONZÁLEZ, Julio César. **Don Santiago Liniers: gobernador interino de los Treinta Pueblos de las Misiones Guaraníes y Tapes (1803-1804)**. Facultad de Filosofía y Letras: Publicaciones del Instituto de Investigaciones Históricas, N.º XCIV. Buenos Aires: Peuser S.A., 1946.

FRADKIN, Raúl Osvaldo; GARAVAGLIA, Juan Carlos. **La Argentina Colonial: El Río de la Plata entre los siglos XVI e XIX**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

GARCIA, E. F. Dimensões da liberdade indígena: missões do Paraguai, séculos XVII-XVIII. **Revista Tempo**. Dossiê "Missões na América ibérica: dimensões políticas e religiosas". Rio de Janeiro, v. 19, n. 35, p. 83-95, 2013.

MAEDER, Ernesto J. A. **Misiones del Paraguay: conflicto y disolución de la sociedad guaraní**. Madri: MAPFRE, 1992.

RICHTER, D. K. **Trade, land, power: the struggle for eastern North America**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.

SAHLINS, Marshall. **Metáforas Históricas, Realidades Míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich** [tradução e apresentação Fraya Freshe. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008 (1981).

SANTOS, C. M. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

SILVEIRA, H. J. V. da. **As missões orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979 [1909].

TAYLOR, A. **The Divided Ground: Indians, Settlers, and the Northern Borderland of the American Revolution**. New York: Alfred A. Knopf, 2006.

VÁZQUEZ-RIAL, Horacio. **Santiago de Liniers**. Madrid: Ediciones Encuentros, 2012.

WHITE, R. **The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WILDE, G. **Religión y poder en las misiones de guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009.